



**Câmara dos Deputados**  
Assessoria Técnica da Liderança do PT

## **Boletim de Indicadores Econômicos**

Ano 9 – Nº 03

Março de 2008

(Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

**Brasília/DF**

## ÍNDICE

<b>I. Setor Real</b>	
I.1. Produção Industrial .....	02
I.2. Taxas de Desemprego .....	03
I.3. Rendimento Real Médio .....	04
I.4. PIB .....	04
I.5. Indicadores de Inflação .....	05
<b>II. Setor Público</b>	
II.1. Dívida Líquida .....	06
II.2. Déficit .....	07
II.3. Transferências Constitucionais .....	08
II.4. Dívida Mobiliária .....	11
<b>III. Setor Externo</b>	
III.1. Dívida Externa .....	12
III.2. Reservas Internacionais .....	13
III.3. Taxa de Câmbio .....	14
III.4. Balanço de Pagamentos .....	15
III.5. Balança Comercial .....	16
<b>IV. Setor Financeiro</b>	
IV.1. Taxa de Juros Selic .....	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito .....	18
IV.3. Volume de Crédito .....	19

## I. Setor Real

Tabela 1 – Produção Industrial

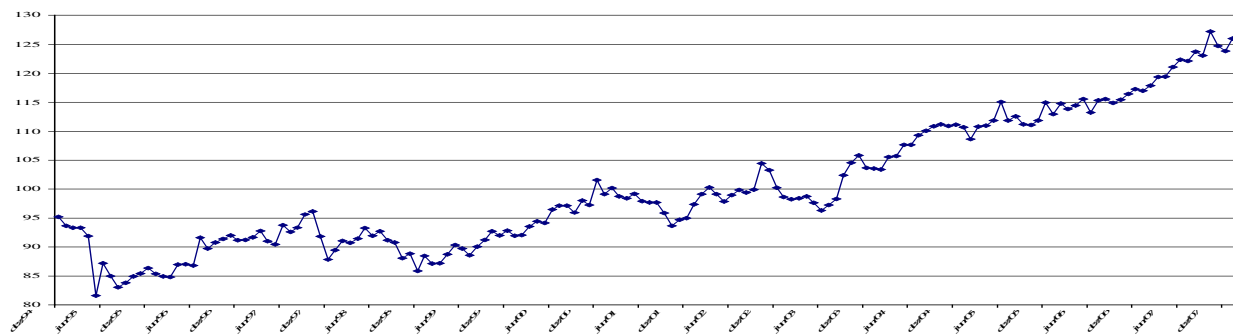
Período	Número Índice <sup>1</sup>	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)	
1994	Dez	95,2	-	-	7,6
1995	Dez	86,4	-	-	1,8
1996	Dez	91,2	-	-	1,7
1997	Dez	87,8	-	-	3,9
1998	Dez	85,8	-	-	-2,0
1999	Dez	92,8	-	-	-0,7
2000	Dez	101,6	-	-	6,6
2001	Dez	95,0	-	-	1,6
2002	Dez	100,3	-	-	2,7
2003	Dez	103,7	-	-	0,0
2004	Dez	111,1	-	-	8,3
2005	Dez	114,9	-	-	3,1
2006	Dez	117,3	-	-	2,8
2007	Fev	117,9	2,6	0,8	2,8
	Mar	119,4	4,9	1,3	2,6
	Abr	119,4	4,4	0,1	3,3
	Mai	121,1	4,8	1,4	3,3
	Jun	122,3	8,0	1,0	3,9
	Jul	122,1	5,9	-0,2	4,2
	Ago	123,7	7,1	1,3	4,5
	Set	123,1	7,1	-0,5	4,8
	Out	127,2	10,2	3,4	5,3
	Nov	124,7	7,1	-2,0	5,5
	Dez	123,8	5,6	-0,7	6,0
2008	Jan	126,0	7,7	1,8	6,3
	Fev	125,3	3,5	-0,3	2,9

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial

(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	(em %)				
	Taxa de desemprego IBGE <sup>1</sup>		Taxa de desocupação IBGE <sup>1</sup>		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional <sup>2</sup>	São Paulo	Nacional <sup>2</sup>	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
2006 Média	nd	nd	10,0	10,5	15,9
2007 Média	nd	nd	9,3	10,1	15,0
2007					
Jan	nd	nd	9,3	10,1	14,4
Fev	nd	nd	9,9	10,6	15,3
Mar	nd	nd	10,1	11,5	15,9
Abr	nd	nd	10,1	11,6	16,3
Mai	nd	nd	10,1	11,2	15,5
Jun	nd	nd	9,7	10,2	14,9
Jul	nd	nd	9,5	10,3	15,0
Ago	nd	nd	9,5	10,1	15,0
Set	nd	nd	9,0	9,4	15,1
Out	nd	nd	8,7	9,5	14,4
Nov	nd	nd	8,2	8,8	14,2
Dez	nd	nd	7,4	8,0	13,5
2008					
Jan	nd	nd	8,0	8,6	13,6
Fev	nd	nd	8,7	9,3	13,6

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em fevereiro de 2008, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 8,7%, verificando-se alta de 0,7 pontos percentuais (p.p.) em relação a janeiro de 2008. Quando comparado com mesmo mês do ano anterior, foi registrada uma queda de 1,2 p.p.. Em São Paulo, a Taxa sofreu uma alta de 0,7 p.p. entre os meses de fevereiro (9,3%) e janeiro de 2008 (8,6%). Quando comparado com fevereiro de 2007, foi verificou-se queda de 1,3 p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego total em São Paulo ficou estável entre os meses de fevereiro e janeiro de 2008 (13,6%). A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior sofreu queda de 1,7 p.p..

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo <sup>1</sup>

	Ocupados <sup>2</sup>			Assalariados <sup>3</sup>	
	Rendimento (em R\$)	Número	Índice <sup>4</sup>	Rendimento (em R\$)	Número Índice <sup>4</sup>
1998	Jan	1.644	74,1	1.664	71,7
1999	Jan	1.639	73,9	1.663	71,7
2000	Jan	1.484	66,9	1.489	64,2
2001	Jan	1.382	62,3	1.395	60,2
2002	Jan	1.243	56,0	1.299	56,0
2003	Jan	1.134	51,1	1.193	51,4
2004	Jan	1.188	53,5	1.240	53,5
2005	Jan	1.130	50,9	1.194	51,4
2006	Jan	1.172	52,8	1.256	54,1
2007	Jan	1.165	52,5	1.226	52,9
	Fev	1.172	52,8	1.229	53,0
	Mar	1.171	52,8	1.237	53,3
	Abr	1.196	53,9	1.263	54,4
	Mai	1.177	53,0	1.251	53,9
	Jun	1.144	51,6	1.211	52,2
	Jul	1.128	50,8	1.191	51,3
	Ago	1.138	51,3	1.203	51,9
	Set	1.169	52,7	1.238	53,4
	Out	1.174	52,9	1.233	53,1
	Nov	1.167	52,6	1.224	52,8
	Dez	1.147	51,7	1.202	51,8
2008	Jan	1.143	51,5	1.195	51,5

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Excluídos os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Excluídos os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB per capita (valores reais de 2005)	Taxa real de variação do PIB per capita	Índice do PIB per capita
1994	349,2	5,9	73,2	10.864,0	4,2	87,4
1995	705,6	4,2	76,3	11.148,7	2,6	89,6
1996	844,0	2,2	77,9	11.215,6	0,6	90,2
1997	939,1	3,4	80,5	11.420,3	1,8	91,8
1998	979,3	0,0	80,6	11.254,4	-1,5	90,5
1999	1.065,0	0,3	80,8	11.115,7	-1,2	89,4
2000	1.179,5	4,3	84,2	11.423,4	2,8	91,9
2001	1.302,1	1,3	85,3	11.404,1	-0,2	91,7
2002	1.477,8	2,7	87,6	11.536,8	1,2	92,8
2003	1.699,9	1,1	88,6	11.499,9	-0,3	92,5
2004	1.941,5	5,7	93,7	11.982,7	4,2	96,3
2005	2.147,9	2,9	96,4	12.161,4	1,5	97,8
2006	2.322,8	3,7	100,0	12.436,7	2,3	100,0

Fonte: IBGE.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2007						2008			12 meses			
														Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		Jan	Fev	Mar
IGP-DI	14,8	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	3,8	7,9	0,1	0,2	0,3	0,4	1,4	1,2	0,8	1,1	1,5	1,0	0,4	0,7	9,2
IGP-M	15,2	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	3,8	7,7	0,0	0,0	0,3	0,3	1,0	1,3	1,1	0,7	1,8	1,1	0,5	0,7	9,1
IPC-DI	25,9	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	2,1	4,6	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,2	0,1	0,3	0,7	1,0	0,0	0,5	4,5
IPA-DI	6,4	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	4,3	9,4	0,0	0,0	0,1	0,4	2,0	1,6	1,0	1,5	1,9	1,1	0,5	0,8	11,4
IPA-OG-ag	-5,6	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	6,9	24,8	-2,4	-1,9	0,7	1,8	6,2	5,3	2,7	4,3	4,3	1,6	-0,2	0,5	24,7
IPA-OG-in	13,1	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	3,5	4,4	0,8	0,6	-0,1	0,0	0,6	0,4	0,4	0,4	1,0	0,9	0,8	0,9	7,0
INPC	22,0	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	2,8	5,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,6	0,3	0,3	0,4	1,0	0,7	0,5	0,5	5,5
IPCA	22,4	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	3,1	4,5	0,3	0,3	0,3	0,2	0,5	0,2	0,3	0,4	0,7	0,5	0,5	0,5	4,7
IPC-Fipe	23,2	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	2,5	4,4	0,3	0,4	0,6	0,3	0,1	0,2	0,1	0,5	0,8	0,5	0,2	0,3	4,3
ICV	27,4	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	2,6	4,8	0,4	0,6	0,2	-0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	1,1	0,9	0,0	0,5	4,7

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.

nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima observa-se que o IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna) registrou uma alta na sua taxa de variação de 0,5%, em fevereiro, para 0,8%, em março. O IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) teve variação de 0,7% em março, apresentando alta em relação ao mês anterior. O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna) registrou alta na sua taxa de variação de 0,0%, em fevereiro, para 0,5%, em março.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) se mantiveram estável em relação ao mês anterior, ambas com taxa de 0,5% em março.

Em março, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) registrou inflação taxa de 0,5%.

## II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público <sup>1</sup>

(R\$ bilhões)

Discriminação	1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
<b>1. Dívida total líquida (2+3)</b>	<b>269,2</b>	<b>30,7</b>	<b>308,4</b>	<b>31,8</b>	<b>385,9</b>	<b>38,9</b>	<b>516,6</b>	<b>44,5</b>	<b>563,2</b>	<b>45,6</b>	<b>660,9</b>	<b>48,4</b>	<b>881,1</b>	<b>50,5</b>	<b>913,1</b>	<b>52,4</b>	<b>957,0</b>	<b>47,0</b>	<b>1.002,5</b>	<b>46,5</b>	<b>1.067,4</b>	<b>44,7</b>	<b>1.150,4</b>	<b>42,7</b>	<b>1.157,0</b>	<b>42,2</b>
1.1 Governo federal e Bacen	128,4	14,7	167,7	17,3	231,3	23,3	316,2	27,3	353,0	28,6	411,8	30,2	560,8	32,1	578,7	33,2	601,5	29,5	664,2	30,8	735,8	30,8	816,7	30,3	816,5	29,8
1.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	93,3	10,7	115,9	12,0	113,2	11,4	147,9	12,8	161,2	13,0	203,4	14,9	258,0	14,8	278,0	15,9	306,0	15,0	305,7	14,2	316,9	13,3	324,1	12,0	328,1	12,0
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	17,7	1,8	22,9	2,0	24,1	2,0	26,2	1,9	35,0	2,0	38,7	2,2	45,1	2,2	44,3	2,1	47,1	2,0	49,2	1,8	50,2	1,8
1.4 Empresas Estatais	47,4	5,4	24,8	2,6	23,7	2,4	29,6	2,6	24,9	2,0	19,5	1,4	27,3	1,6	17,7	1,0	4,5	0,2	-11,8	-0,6	-32,4	-1,4	-39,6	-1,5	-37,9	-1,4
<b>2 Dívida interna líquida</b>	<b>237,6</b>	<b>27,1</b>	<b>269,8</b>	<b>27,9</b>	<b>328,7</b>	<b>33,2</b>	<b>407,8</b>	<b>35,2</b>	<b>451,8</b>	<b>36,6</b>	<b>530,0</b>	<b>38,8</b>	<b>654,3</b>	<b>37,5</b>	<b>726,7</b>	<b>41,7</b>	<b>818,1</b>	<b>40,2</b>	<b>952,2</b>	<b>44,1</b>	<b>1.130,9</b>	<b>47,4</b>	<b>1.393,1</b>	<b>51,7</b>	<b>1.409,4</b>	<b>51,4</b>
2.1 Governo federal e Bacen	115,7	13,2	150,3	15,5	192,5	19,4	233,1	20,1	267,6	21,6	308,5	22,6	363,2	20,8	418,5	24,0	476,4	23,4	617,4	28,6	782,8	32,8	1.031,5	38,3	1.041,5	38,0
2.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	90,3	10,3	111,6	11,5	107,7	10,9	139,4	12,0	151,6	12,3	192,2	14,1	239,6	13,7	261,6	15,0	290,0	14,2	292,7	13,6	304,3	12,8	313,5	11,6	317,8	11,6
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	17,1	1,7	22,0	1,9	22,7	1,8	24,4	1,8	32,1	1,8	36,1	2,1	42,4	2,1	42,2	2,0	45,1	1,9	47,5	1,8	48,6	1,8
2.4 Empresas Estatais	31,5	3,6	8,0	0,8	11,5	1,2	13,4	1,2	10,0	0,8	5,0	0,4	19,4	1,1	10,5	0,6	9,3	0,5	-0,2	0,0	-1,4	-0,1	0,7	0,0	1,4	0,1
<b>3. Dívida externa líquida</b>	<b>31,6</b>	<b>3,6</b>	<b>38,6</b>	<b>4,0</b>	<b>57,2</b>	<b>5,8</b>	<b>108,8</b>	<b>9,4</b>	<b>111,3</b>	<b>9,0</b>	<b>130,8</b>	<b>9,6</b>	<b>226,8</b>	<b>13,0</b>	<b>186,5</b>	<b>10,7</b>	<b>138,9</b>	<b>6,8</b>	<b>50,3</b>	<b>2,3</b>	<b>-63,5</b>	<b>-2,7</b>	<b>-242,8</b>	<b>-9,0</b>	<b>-252,4</b>	<b>-9,2</b>
3.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	12,7	1,5	17,5	1,8	38,8	3,9	83,2	7,2	85,4	6,9	103,3	7,6	197,6	11,3	160,3	9,2	125,1	6,1	46,8	2,2	-47,0	-2,0	-214,8	-8,0	-225,0	-8,2
3.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	3,0	0,3	4,3	0,4	5,5	0,6	8,5	0,7	9,6	0,8	11,3	0,8	18,4	1,1	16,4	0,9	16,0	0,8	13,0	0,6	12,5	0,5	10,6	0,4	10,3	0,4
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	1,9	0,1	1,7	0,1	1,6	0,1
3.4 Empresas Estatais	15,9	1,8	16,8	1,7	12,2	1,2	16,2	1,4	14,9	1,2	14,6	1,1	7,9	0,5	7,1	0,4	-4,8	-0,2	-11,6	-0,5	-31,0	-1,3	-40,3	-1,5	-39,3	-1,4

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou fevereiro de 2008 em R\$ 1.157,0 bilhões, o que representou 42,2% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público <sup>1</sup>

Discriminação	1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB
<b>1. Nominal <sup>2</sup></b>	<b>45,7</b>	<b>5,4</b>	<b>53,2</b>	<b>5,7</b>	<b>72,5</b>	<b>7,4</b>	<b>96,2</b>	<b>9,0</b>	<b>49,3</b>	<b>4,2</b>	<b>72,1</b>	<b>4,8</b>	<b>138,3</b>	<b>9,4</b>	<b>56,3</b>	<b>3,3</b>	<b>43,8</b>	<b>2,3</b>	<b>59,1</b>	<b>2,7</b>	<b>67,7</b>	<b>2,9</b>	<b>57,9</b>	<b>2,3</b>	<b>54,1</b>	<b>2,1</b>
1.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	19,9	2,4	22,9	2,4	49,4	5,1	66,2	6,2	34,5	2,9	44,5	3,4	86,7	5,9	39,4	2,3	23,7	1,2	68,7	3,2	72,3	3,1	59,6	2,3	51,2	2,0
1.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	21,1	2,5	26,4	2,8	16,4	1,7	26,1	2,5	20,0	1,7	23,1	1,8	43,8	3,0	22,9	1,4	27,5	1,4	4,8	0,2	13,7	0,6	10,3	0,4	14,3	0,6
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	2,0	0,2	4,5	0,4	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,5	4,1	0,2	6,5	0,3	0,7	0,0	2,9	0,1	2,4	0,1	3,9	0,2
1.4 Empresa/s Estatais	4,7	0,6	3,9	0,4	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,3	-0,5	0,1	0,0	-10,1	-0,6	-13,9	-0,7	-15,1	-0,7	-21,2	-0,9	-14,4	-0,6	-15,3	-0,6
<b>2 Juros nominais <sup>2</sup></b>	<b>45,0</b>	<b>5,3</b>	<b>44,9</b>	<b>4,8</b>	<b>72,6</b>	<b>7,4</b>	<b>127,2</b>	<b>12,0</b>	<b>87,4</b>	<b>7,4</b>	<b>105,6</b>	<b>8,1</b>	<b>190,7</b>	<b>12,9</b>	<b>122,5</b>	<b>7,2</b>	<b>124,9</b>	<b>6,4</b>	<b>152,6</b>	<b>7,1</b>	<b>157,8</b>	<b>6,8</b>	<b>159,5</b>	<b>6,3</b>	<b>163,2</b>	<b>6,3</b>
2.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	22,9	2,7	20,5	2,2	54,4	5,6	88,9	8,4	54,9	4,7	66,4	5,1	118,6	8,0	78,2	4,6	76,1	3,9	124,5	5,8	123,6	5,3	119,0	4,7	117,0	4,5
2.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	16,8	2,0	19,9	2,1	12,7	1,3	27,7	2,6	24,5	2,1	30,3	2,3	52,4	3,5	34,9	2,1	43,6	2,2	21,9	1,0	30,1	1,3	36,3	1,4	41,2	1,6
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,3	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,4	4,8	0,2	6,2	0,3	6,3	0,3	7,6	0,3
2.4 Empresas Estatais	5,3	0,6	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,5	3,6	0,3	4,5	0,3	9,9	0,7	3,5	0,2	-2,6	-0,1	1,4	0,1	-2,1	-0,1	-2,2	-0,1	-2,7	-0,1
<b>3. Primário <sup>4</sup></b>	<b>0,7</b>	<b>0,1</b>	<b>8,3</b>	<b>0,9</b>	<b>-0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>-31,1</b>	<b>-2,9</b>	<b>-38,2</b>	<b>-3,2</b>	<b>-33,6</b>	<b>-3,4</b>	<b>-52,4</b>	<b>-3,6</b>	<b>-66,2</b>	<b>-3,9</b>	<b>-81,1</b>	<b>-4,2</b>	<b>-93,5</b>	<b>-4,4</b>	<b>-90,1</b>	<b>-3,9</b>	<b>-101,6</b>	<b>-4,0</b>	<b>-109,1</b>	<b>-4,2</b>
3.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	-2,9	-0,3	2,4	0,3	-5,0	-0,5	-22,7	-2,1	-20,4	-1,7	-22,0	-1,7	-31,9	-2,2	-38,7	-2,3	-52,4	-2,7	-55,7	-2,6	-51,4	-2,2	-59,4	-2,3	-65,8	-2,5
3.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	4,2	0,5	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,7	-16,1	-0,8	-17,2	-0,8	-16,4	-0,7	-26,0	-1,0	-26,9	-1,0
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,1	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-3,3	-0,1	-3,9	-0,2	-3,7	-0,1
3.4 Empresas Estatais	-0,6	-0,1	-0,5	-0,1	3,2	0,3	-6,3	-0,6	-11,7	-1,0	-1,1	-0,9	-9,8	-0,7	-13,6	-0,8	-11,2	-0,6	-16,4	-0,8	-19,1	-0,8	-12,2	-0,5	-12,7	-0,5

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em fevereiro, foi de R\$ 54,1 bilhões, o que representou 2,1% do PIB.

## Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR** – *Imposto Territorial Rural* – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE** – *Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal* – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”. da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM** – *Fundo de Participação dos Municípios* – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação** – *Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação* – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro** – *Imposto sobre Operações Financeiras Ouro* – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS** – *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços* – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério* – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FUNDEB** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação* – Em abril de 2007, o Banco do Brasil realizou ajustes nas contas bancárias dos municípios referentes ao FUNDEB, em cumprimento ao disposto na Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, e no Decreto nº 6.091, de 24 de abril de 2007. Esse procedimento foi necessário porque a MP previu uma regra de transição tendo em vista a extinção do FUNDEF em 31/12/2006. A regra consistia em manter a sistemática de distribuição dos recursos utilizada pelo FUNDEF nos meses de janeiro e fevereiro e realizar o ajuste para compensação dos valores em abril.

- **FEX** – *Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações* – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE** – *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico* – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2008 até março - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEF/ FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação <sup>1</sup>	FEX	CIDE <sup>2</sup>	
<b>Acre</b>	332.654	0	nd	272	63	676	2.621	<b>336.286</b>
<b>Alagoas</b>	404.523	0	nd	2.509	1.791	0	5.057	<b>413.880</b>
<b>Amazonas</b>	271.335	6	nd	3.010	7.099	0	5.489	<b>286.938</b>
<b>Amapá</b>	331.779	36	nd	1.214	338	0	2.111	<b>335.477</b>
<b>Bahia</b>	913.675	0	nd	11.098	35.456	0	22.896	<b>983.126</b>
<b>Ceará</b>	713.431	6	nd	4.864	4.444	0	12.405	<b>735.149</b>
<b>Distrito Federal</b>	67.114	0	nd	3.224	400	0	6.692	<b>77.430</b>
<b>Espírito Santo</b>	145.858	0	nd	12.731	22.722	0	7.716	<b>189.027</b>
<b>Goiás</b>	276.459	0	nd	3.986	6.720	0	17.393	<b>304.558</b>
<b>Maranhão</b>	701.889	4	nd	5.013	5.982	0	10.679	<b>723.567</b>
<b>Minas Gerais</b>	433.150	0	nd	38.533	60.744	0	39.329	<b>571.756</b>
<b>Mato Grosso do Sul</b>	129.522	0	nd	3.687	3.039	0	8.944	<b>145.192</b>
<b>Mato Grosso</b>	224.417	63	nd	5.796	6.278	0	9.648	<b>246.202</b>
<b>Pará</b>	594.323	143	nd	13.030	25.677	0	10.689	<b>643.862</b>
<b>Paraíba</b>	465.667	1	nd	858	1.197	0	6.397	<b>474.121</b>
<b>Pernambuco</b>	670.967	0	nd	4.436	3.371	0	12.056	<b>690.829</b>
<b>Piauí</b>	420.208	0	nd	901	142	0	6.986	<b>428.236</b>
<b>Paraná</b>	280.359	3	nd	30.107	49.635	0	24.100	<b>384.203</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	148.552	20	nd	17.513	73.083	0	18.214	<b>257.382</b>
<b>Rio Grande do Norte</b>	406.254	1	nd	1.081	1.058	0	6.953	<b>415.347</b>
<b>Rondônia</b>	273.785	20	nd	745	1.097	0	4.668	<b>280.315</b>
<b>Roraima</b>	241.220	3	nd	114	24	0	2.415	<b>243.776</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	228.978	0	nd	29.993	61.182	0	21.328	<b>341.481</b>
<b>Santa Catarina</b>	124.446	0	nd	10.724	34.826	0	13.165	<b>183.161</b>
<b>Sergipe</b>	404.056	0	nd	748	499	0	4.279	<b>409.583</b>
<b>São Paulo</b>	97.239	11	nd	92.991	101.771	0	66.291	<b>358.303</b>
<b>Tocantins</b>	422.016	0	nd	235	214	0	6.842	<b>429.307</b>
<b>Total</b>	<b>9.723.875</b>	<b>316</b>	<b>nd</b>	<b>299.412</b>	<b>508.854</b>	<b>676</b>	<b>355.360</b>	<b>10.888.493</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2008 até março - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPM	IOF ouro	FUNDEF/ FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação <sup>1</sup>	ITR	FEX	CIDE <sup>2</sup>	
<b>Acre</b>	53.194	0	nd	91	21	23	225	874	<b>54.428</b>
<b>Alagoas</b>	241.565	0	nd	836	597	81	0	1.686	<b>244.765</b>
<b>Amazonas</b>	149.575	13	nd	1.003	2.366	43	0	1.830	<b>154.830</b>
<b>Amapá</b>	38.968	83	nd	405	113	20	0	704	<b>40.293</b>
<b>Bahia</b>	923.297	1	nd	3.699	11.819	797	0	7.632	<b>947.245</b>
<b>Ceará</b>	530.663	14	nd	1.621	1.481	112	0	4.135	<b>538.027</b>
<b>Distrito Federal</b>	16.706	0	nd	0	133	25	0	0	<b>16.864</b>
<b>Espírito Santo</b>	175.425	0	nd	4.244	7.574	117	0	2.572	<b>189.932</b>
<b>Goiás</b>	369.221	0	nd	1.329	2.240	1.178	0	5.798	<b>379.765</b>
<b>Maranhão</b>	424.394	9	nd	1.671	1.994	218	0	3.560	<b>431.845</b>
<b>Minas Gerais</b>	1.335.905	0	nd	12.844	20.248	1.504	0	13.110	<b>1.383.610</b>
<b>Mato Grosso do Sul</b>	154.726	0	nd	1.229	1.013	2.013	0	2.981	<b>161.963</b>
<b>Mato Grosso</b>	185.780	147	nd	1.932	2.093	1.520	0	3.216	<b>194.687</b>
<b>Pará</b>	366.561	334	nd	4.343	8.559	327	0	3.563	<b>383.687</b>
<b>Paraíba</b>	328.357	3	nd	286	399	51	0	2.132	<b>331.228</b>
<b>Pernambuco</b>	510.935	0	nd	1.479	1.124	168	0	4.019	<b>517.724</b>
<b>Piauí</b>	252.909	0	nd	300	47	184	0	2.329	<b>255.769</b>
<b>Paraná</b>	690.966	6	nd	10.036	16.545	1.700	0	8.033	<b>727.286</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	300.957	47	nd	5.838	24.361	222	0	6.071	<b>337.496</b>
<b>Rio Grande do Norte</b>	256.476	2	nd	360	353	78	0	2.318	<b>259.586</b>
<b>Rondônia</b>	89.013	48	nd	248	366	101	0	1.556	<b>91.331</b>
<b>Roraima</b>	47.072	6	nd	38	8	28	0	805	<b>47.957</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	691.014	0	nd	9.998	20.394	2.076	0	7.109	<b>730.591</b>
<b>Santa Catarina</b>	395.494	0	nd	3.575	11.609	275	0	4.388	<b>415.340</b>
<b>Sergipe</b>	151.517	0	nd	249	166	54	0	1.426	<b>153.414</b>
<b>São Paulo</b>	1.344.913	25	nd	30.997	33.924	2.969	0	22.097	<b>1.434.924</b>
<b>Tocantins</b>	150.546	1	nd	78	71	224	0	2.281	<b>153.201</b>
<b>Total</b>	<b>10.176.149</b>	<b>737</b>	<b>nd</b>	<b>98.729</b>	<b>169.618</b>	<b>16.106</b>	<b>225</b>	<b>116.223</b>	<b>10.577.788</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado<sup>1</sup>

(R\$ bilhões)

Período	Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real <sup>2</sup>
1994 Dez	35,3	26,5	61,8	216,2
1995 Dez	59,1	49,3	108,5	330,8
1996 Dez	93,1	83,1	176,2	491,5
1997 Dez	190,3	65,2	255,5	663,0
1998 Dez	219,2	104,7	323,9	826,2
1999 Dez	351,9	63,0	414,9	882,2
2000 Dez	432,2	83,9	516,1	999,4
2001 Dez	492,9	122,0	615,0	1.078,7
2002 Dez	636,0	66,8	702,8	975,1
2003 Dez	767,1	30,7	797,7	1.028,1
2004 Dez	856,2	13,5	869,7	999,5
2005 Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.154,4
2006 Dez	1.170,4	0,0	1.170,4	1.280,2
2007				
Fev	1.237,3	0,0	1.237,3	1.344,5
Mar	1.267,5	0,0	1.267,5	1.374,3
Abr	1.286,4	0,0	1.286,4	1.392,8
Mai	1.330,9	0,0	1.330,9	1.438,7
Jun	1.354,7	0,0	1.354,7	1.460,6
Jul	1.379,9	0,0	1.379,9	1.482,3
Ago	1.392,7	0,0	1.392,7	1.475,6
Set	1.396,4	0,0	1.396,4	1.462,4
Out	1.409,9	0,0	1.409,9	1.465,5
Nov	1.413,7	0,0	1.413,7	1.454,1
Dez	1.412,3	0,0	1.412,3	1.412,3
2008				
Jan	1.455,1	0,0	1.455,1	1.460,7
Fev	1.464,5	0,0	1.464,5	1.464,5

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

## III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

(US\$ bilhões)

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 <sup>1</sup>				2007 <sup>1</sup>		
								Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set
<b>1 Dívida de médio e longo prazos<sup>2</sup></b>	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	182,6	150,7	148,8	140,3	141,5	152,3	147,5	145,5	152,6
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	114,7	87,6	82,6	75,5	74,8	76,3	76,3	73,3	71,8
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	67,9	63,1	66,2	64,8	66,6	76,0	71,2	72,2	80,8
<b>2 Dívida de curto prazo</b>	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	18,7	18,8	17,8	16,4	18,1	20,3	34,6	45,9	42,8
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	18,7	18,8	17,8	16,4	18,1	20,3	34,1	45,9	42,8
<b>3 Dívida externa total<sup>3</sup></b>	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4	169,5	166,7	156,7	159,6	172,6	182,1	191,4	195,3
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	114,7	87,6	82,6	75,5	74,9	76,3	76,8	73,3	71,8
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	86,7	81,9	84,0	81,2	84,7	96,3	105,3	118,1	123,6

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais <sup>1</sup>

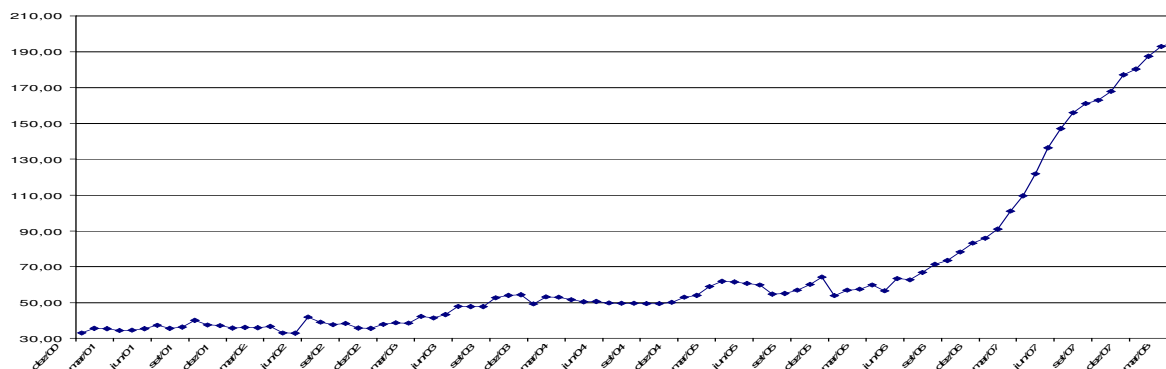
		(US\$ bilhões)
1995 Dez		51,8
1996 Dez		60,1
1997 Dez		52,2
1998 Dez		44,6
1999 Dez		36,3
2000 Dez		33,0
2001 Dez		35,9
2002 Dez		37,8
2003 Dez		49,3
2004 Dez		52,9
2005 Dez		53,8
2006 Dez		85,8
2007		
	Abr	121,8
	Mai	136,4
	Jun	147,1
	Jul	155,9
	Ago	161,1
	Set	163,0
	Out	167,9
	Nov	177,1
	Dez	180,3
2008		
	Jan	187,5
	Fev	192,9
	Mar	195,2

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio <sup>1</sup>

	US\$	€
1995	0,97	nd
1996	1,04	nd
1997	1,12	nd
1998	1,21	nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005	2,34	2,77
2006	2,14	2,82
2007		
Jan	2,12	2,76
Fev	2,12	2,80
Mar	2,05	2,74
Abr	2,03	2,78
Mai	1,93	2,60
Jun	1,93	2,61
Jul	1,88	2,57
Ago	1,96	2,68
Set	1,84	2,62
Out	1,74	2,52
Nov	1,78	2,62
Dez	1,77	2,61
2008		
Jan	1,76	2,62
Fev	1,68	2,56
Mar	1,75	2,76

Fonte: Bacen.

1 – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em março de 2008 sua cotação em R\$ 1,75. Com isso, verificou-se uma alta de 3,9% em relação ao mês anterior.

Comparando março de 2008 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma queda de 14,7 %.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros <sup>1</sup>	
	Valores	% PIB <sup>2</sup>	Valores	% PIB <sup>2</sup>	Valores	% PIB <sup>2</sup>
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,4	10.427,0	1,4	3.396,6	0,4
1996	-23.501,9	-2,8	12.388,7	1,5	3.726,6	0,4
1997	-30.452,4	-3,5	13.499,8	1,5	6.181,1	0,7
1998	-33.415,9	-4,0	15.321,0	1,8	7.163,0	0,8
1999	-25.334,8	-4,3	17.100,4	2,9	5.514,9	0,9
2000	-24.224,4	-3,8	17.095,7	2,7	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,2	17.621,2	3,2	5.226,2	0,9
2002	-7.636,8	-1,5	15.275,0	3,0	6.020,0	1,2
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	2,8	6.403,2	1,2
2004	11.679,2	1,8	15.289,0	2,3	8.257,3	1,2
2005	13.984,5	1,6	15.713,1	1,8	13.337,2	1,5
2006	13.642,6	1,5	16.403,7	1,9	17.318,2	2,0
2007						
Jan – Dez	3.348,9	0,4	17.058,7	1,9	22.547,2	2,6
Jan	286,0	0,3	1.800,3	1,8	931,2	0,9
Fev	433,9	0,4	1.375,9	1,4	1.051,5	1,1
Mar	709,9	0,7	1.184,0	1,1	1.574,1	1,5
Abr	1.835,3	1,7	1.300,7	1,2	1.314,1	1,2
Mai	258,1	0,2	1.085,0	1,0	3.039,7	2,7
Jun	620,7	0,6	1.460,5	1,3	1.843,9	1,7
Jul	-804,9	-0,7	1.904,1	1,7	2.130,7	1,9
Ago	1.310,6	1,1	1.135,2	1,0	1.411,0	1,2
Set	440,3	0,4	1.428,0	1,3	1.739,8	1,6
Out	-64,4	-0,1	1.363,9	1,2	2.212,3	1,9
Nov	-1.291,0	-1,1	1.213,7	1,1	2.161,9	1,9
Dez	-385,6	-0,4	1.807,4	1,7	3.137,0	2,9
2008						
Jan – Fev	-6.322,4	-0,7	3.684,3	0,4	4.356,9	0,5
Jan	-4.232,1	-3,9	2.241,9	2,1	3.049,8	2,8
Fev	-2.090,3	-1,9	1.442,4	1,3	1.307,1	1,2

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Diante deste quadro, pode-se destacar que o acumulado de Remessa de Juros de janeiro a fevereiro de 2008 alcançou R\$ 3,7 bilhões, ou seja, 16,0% a mais que no mesmo período de 2007. Destaca-se também o acumulado da Remessa de Lucros que alcançou R\$4,4 bilhões até fevereiro de 2008, contra R\$ 2,5 bilhões no mesmo período de 2007, ou seja, um salto de 72,9%.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice <sup>1</sup>	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice <sup>1</sup>	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005 Dez	10,9	118,5	254,9	6,6	73,6	147,3	4,4	44,9
2006 Dez	12,3	137,8	296,3	7,2	91,4	182,8	5,1	46,5
2007								
Jan	11,0	139,5	300,0	8,5	93,4	186,8	2,5	46,1
Fev	10,1	140,9	302,9	7,2	94,6	189,4	2,9	46,2
Mar	12,9	142,4	306,1	9,6	96,5	193,1	3,3	45,8
Abr	12,4	145,0	311,7	8,3	98,0	196,2	4,2	46,9
Mai	13,6	148,3	318,9	9,8	100,5	201,2	3,9	47,8
Jun	13,1	150,0	322,5	9,3	102,5	205,0	3,8	47,5
Jul	14,1	150,4	323,5	10,8	105,2	210,6	3,3	45,2
Ago	15,1	151,9	326,5	11,6	107,7	215,5	3,5	44,2
Set	14,2	153,5	330,0	10,7	110,3	220,7	3,5	43,2
Out	15,8	156,5	336,6	12,3	113,9	227,9	3,4	42,7
Nov	14,1	158,7	341,2	12,0	117,2	234,6	2,0	41,4
Dez	14,2	160,6	345,4	10,6	120,6	241,4	3,6	40,0
2008								
Jan	13,3	162,9	350,4	12,3	124,5	249,1	0,9	38,5
Fev	12,8	165,6	356,1	11,9	129,2	258,5	0,9	36,4
Mar	12,6	165,3	355,5	11,6	131,2	262,5	1,0	34,1

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

As exportações, em março de 2008, totalizaram US\$ 12,6 bilhões.

As importações somaram US\$ 11,6 bilhões. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, as compras externas elevaram-se 21,1%.

O saldo de março no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ 1,0 bilhões.

Diante deste quadro, pode-se destacar a manutenção extraordinária do valor acumulado nos últimos 12 meses das exportações acima de US\$ 165 bilhões desde o início do ano de 2008.

## IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	Acumulada no período	Taxa Real de Juros <sup>1</sup>	(em %)	
			Média do período (a.a.)	Divulgada pelo COPOM
1995	53,1	33,4	53,9	nd
1996	27,1	16,3	27,6	nd
1997	24,6	15,9	25,2	nd
1998	28,6	26,4	29,5	nd
1999	25,1	4,3	26,3	nd
2000	17,3	6,9	17,6	nd
2001	17,3	6,2	17,5	nd
2002	19,1	-5,8	19,1	nd
2003	23,3	14,5	23,4	nd
2004	16,2	3,6	16,2	nd
2005	19,0	17,6	19,1	nd
2006	15,1	10,9	15,3	nd
2007	11,9	3,7	12,0	nd
Mar	1,1	0,8	12,7	12,75
Abr	0,9	0,8	12,6	12,50
Mai	1,0	0,9	12,4	12,50
Jun	0,9	0,6	12,0	12,00
Jul	1,0	0,6	11,7	11,50
Ago	1,0	-0,4	11,4	11,50
Set	0,8	-0,4	11,2	11,25
Out	0,9	0,2	11,2	11,25
Nov	0,8	-0,2	11,2	11,25
Dez	0,8	-0,6	11,2	11,25
2008				
Jan	0,9	-0,1	11,2	11,25
Fev	0,6	0,3	11,2	11,25

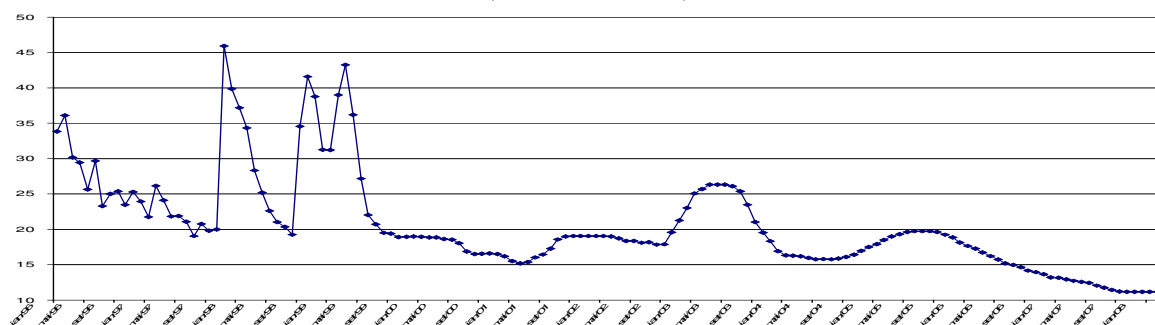
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito <sup>1</sup>

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral	
1995	171,1	nd	nd	
1996	112,2	nd	nd	
1997	81,7	nd	nd	
1998	94,4	nd	nd	
1999	87,2	nd	nd	
2000	56,9	12,0	27,2	
2001	48,9	11,8	27,0	
2002	51,4	14,5	30,0	
2003	55,6	14,7	31,9	
2004	46,2	13,5	28,0	
2005	43,2	13,8	28,4	
2006	41,3	13,9	28,5	
2007	36,3	12,8	25,3	
	Fev	38,7	13,8	27,1
	Mar	38,0	13,3	26,6
	Abri	37,7	13,3	26,4
	Mai	37,5	12,8	26,0
	Jun	37,1	12,6	25,8
	Jul	36,3	12,1	25,1
	Ago	35,3	12,4	24,7
	Set	34,9	12,6	24,6
	Out	34,5	12,7	24,5
	Nov	33,3	12,3	23,5
	Dez	31,9	11,9	22,4
2008				
	Jan	36,6	13,7	25,7
	Fev	36,9	14,1	26,0

Fonte: Bacen.

1 – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e fluante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB <sup>2</sup>
	Recursos Direcionados	Recursos Livres <sup>1</sup>	Total			
1994 Dez	nd	nd	158,5	28,3	186,8	36,6
1995 Dez	nd	nd	203,4	35,5	238,9	32,1
1996 Dez	nd	nd	207,8	44,8	252,6	28,8
1997 Dez	nd	nd	235,4	24,4	259,8	26,8
1998 Dez	nd	nd	256,1	20,9	276,9	27,9
1999 Dez	nd	nd	271,0	17,5	288,5	24,9
2000 Dez	138,7	171,8	310,5	16,3	326,8	26,4
2001 Dez	115,5	211,0	326,5	9,8	336,4	24,7
2002 Dez	144,2	227,4	371,6	12,8	384,4	22,0
2003 Dez	162,6	240,7	403,3	15,0	418,3	24,0
2004 Dez	180,8	285,4	466,2	19,2	498,7	26,9
2005 Dez	203,3	383,2	586,5	20,6	607,0	28,1
2006 Dez	234,3	479,5	713,7	18,9	732,6	30,7
2007						
Jan	237,2	483,3	720,5	18,8	738,5	30,7
Fev	237,2	492,5	729,8	18,8	748,5	30,9
Mar	238,0	500,9	738,9	18,5	757,5	31,1
Abr	239,7	518,6	758,3	19,0	777,3	31,6
Mai	240,2	530,1	770,3	18,7	788,9	31,9
Jun	242,5	538,8	781,3	18,6	799,9	32,0
Jul	245,2	554,4	799,6	18,3	817,9	32,4
Ago	251,5	572,3	823,8	18,5	842,3	32,8
Set	255,0	583,9	838,9	18,4	857,3	33,0
Out	262,2	601,1	863,3	18,3	881,6	33,6
Nov	269,0	623,1	892,1	18,6	910,7	34,2
Dez	274,4	642,8	917,1	18,8	936,0	34,7
2008						
Jan	276,9	651,3	928,2	18,8	947,0	34,8
Fev	278,5	660,3	938,8	18,8	957,6	34,9

Fonte: Bacen.

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.